

# O QUE ESTÁ EM JOGO QUANDO AVALIAMOS O IMPACTO SOCIAL DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL? UMA BREVE REFLEXÃO

*Data de aceite: 01/11/2024*

**Cristiano Ribeiro Martins**

**Valesca Brasil Irala**

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Antes de abordar a temática central deste capítulo, que trata da avaliação do impacto social na pós-graduação brasileira, é importante refletir sobre a história recente desse nível de ensino no país. As primeiras iniciativas de pós-graduação datam dos anos 1930, quando universidades brasileiras atraíram professores estrangeiros que introduziram um modelo tutorial de catedráticos e discípulos (Balbachevsky, 2005). Embora esse modelo tenha tido pouco impacto imediato, ele formou a base para gerações futuras, culminando no surgimento efetivo da pós-graduação no país.

Na década de 1950, acordos com universidades dos Estados Unidos promoveram intercâmbios que fortaleceram a pós-graduação, mas o grande impulso veio na década de 1960 (Moritz; Moritz;

Melo, 2011), com a criação de várias universidades federais e a consolidação de um sistema de ensino superior que integrava ensino e pesquisa. A regulamentação formal da pós-graduação, estabelecida pelo Parecer nº 977/65, criou os formatos de mestrado e doutorado, inaugurando um período de expansão e institucionalização desses cursos, que seguiram crescendo nas décadas subsequentes.

Nos anos 1970, houve uma explosão no número de programas de mestrado e doutorado, mas o distanciamento entre universidades e a sociedade começou a ser criticado (Balbachevsky, 2005). A relação universidade-sociedade tornou-se um desafio, especialmente quando o sistema de avaliação passou a exigir uma aproximação mais significativa entre ambos. Esta tensão histórica será abordada mais adiante neste capítulo, mas na próxima seção faremos primeiro um recorrido sobre o sistema de avaliação proposto pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

## O SISTEMA DE AVALIAÇÃO REALIZADO PELA CAPES

A pós-graduação é amplamente considerada como o aspecto mais bem-sucedido do sistema educacional no Brasil. Esse sucesso é atribuído, em grande parte, a uma série de iniciativas governamentais focadas no desenvolvimento desse nível de ensino, baseadas em um processo de avaliação sistemático e bem estruturado para analisar o desempenho dos cursos de mestrado e doutorado no país (Verhine; Dantas, 2009). Vários estudiosos elogiam a eficiência da CAPES na organização da pós-graduação, especialmente em relação ao seu modelo de avaliação de cursos. Contudo, para atingir o nível atual, o sistema de avaliação passou por várias modificações significativas ao longo de sua implementação e consolidação.

Foi no ano de 1976 que a CAPES organizou o primeiro processo de avaliação de programas, cuja intenção foi gerar índices que subsidiassem a distribuição de bolsas de estudo. Adotou como critério a produção científica dos pesquisadores ligados aos respectivos cursos de mestrado/doutorado. Foram criados comitês de áreas que contavam com os mais prestigiados pesquisadores, os quais tinham a incumbência de avaliar e classificar cada um dos programas. É claro que os cursos melhor avaliados recebiam maior aporte financeiro, bolsas de estudos e infraestrutura (Balachevsky, 2005).

No decorrer dos anos, foram evidenciados alguns problemas avaliativos, os quais levaram a CAPES a colocar em prática um modelo mais rígido de avaliação. Entre as mudanças, destaca-se a periodicidade da avaliação, que passou a ser trienal naquele momento e a avaliação em conjunto para os cursos que ofereciam mestrado e doutorado no mesmo programa. Além disso, a CAPES consolidou o Conselho Técnico-Científico (CTC), tornando-o órgão responsável pela regulação e coordenação de todo o processo de avaliação. Verhine e Dantas (2009, p. 299) salientam que “o CTC passou a controlar a determinação final dos conceitos obtidos pelos programas e assumiu o papel de preservar a integridade da escala CAPES e da comparabilidade de conceitos entre os diversos campos de conhecimento”.

Após um curso ser aprovado pela CAPES, ele passa por essa avaliação periódica, sendo que as notas são atribuídas entre 1 e 7. Os cursos avaliados com notas 1 e 2 ficam impedidos de matricular novos alunos, tendo que cumprir apenas o compromisso de concluir a formação dos já matriculados. A nota 3 é considerada a nota mínima para o funcionamento de um curso de mestrado e 4 a nota mínima para os cursos de doutorado. Cabe destacar que 5 é a nota máxima para programas com apenas mestrado e 7 é a nota máxima para programas com doutorado. A nota máxima conquistada em um programa de doutorado representa desempenho equivalente ao alto padrão internacional.

No ano de 1998, foi introduzida a ficha de avaliação. Tal ficha era única e padronizada, composta por dimensões (quesitos) e subdimensões (itens). Os seguintes quesitos eram avaliados: 1) Proposta do programa, 2) Corpo docente; 3) Atividades de

pesquisa; 4) Atividades de formação; 5) Corpo discente; 6) Teses e dissertações; e 7) Produção Intelectual. Cabe destacar que essa foi a ficha utilizada nas avaliações trienais de 2001 a 2004 (Brasil, 2019). Ao longo do tempo, a análise da produção científica tornou-se um dos quesitos mais importantes dentro desse processo avaliativo, o que incentivou comportamentos considerados produtivistas por parte dos docentes e discentes. Para alguns estudiosos, essa métrica é perversa, assim como a distribuição de recursos para os variados programas, sem falar das diferenças históricas de cada região do Brasil. Muitos programas acusam a CAPES de promover uma corrida desenfreada às publicações e até concorrência entre os programas (Celedônio, 2015).

Após a avaliação trienal de 2004, ocorreu a diminuição do número de quesitos e itens a serem considerados. Buscou-se dar uma ênfase maior à avaliação de produtos do que de insumos de processos. Os autores Verhine e Dantas (2009) explicam que os sete quesitos anteriores foram agrupados em quatro quesitos: 1 – Proposta do curso; 2 – Corpo docente, 3 – Corpo discente, teses e dissertações, 4 – Produção intelectual. Além disso, foi incluído um novo quesito que serviu de “experiência”: 5 – Inserção social. Tal quesito recebeu bastante apoio das áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Educação. Os pesos dos quesitos de 2 a 4 foram distribuídos de forma equilibrada: 2 – Corpo docente (peso 30), 3 – Corpo discente (peso 30), 4 – Produção Intelectual (peso 30). O quesito 5 – Inserção social recebeu o peso 10. Já o quesito 1 – Proposta do programa, recebeu o peso 0, por entender que deve ser utilizado somente para contextualizar e fornecer informações sobre os cursos. Essa nova ficha foi testada em 2007, relativa ao triênio 2004-2006.

No ano de 2008, foi criada a Comissão Especial de Acompanhamento e Avaliação. Essa comissão identificou a necessidade de simplificar a ficha de avaliação e, ainda, propôs uma revisão dos pesos atribuídos dentre os quesitos avaliativos. Assim, a ficha de avaliação de 2010 reduziu de 22 para 16 o número de itens básicos. Em relação aos quesitos “Produção intelectual” e “Corpo Discente”, passaram a ser os quesitos principais e juntos receberam peso correspondente a 70% da nota. Já os quesitos “Corpo Docente” e “Inserção Social” ficaram totalizando os demais 30%. Percebe-se, então, a grande atenção dada, principalmente, à produção de publicações. O quesito “Inserção Social” permanecia em segundo plano. Cabe destacar uma mudança na importância do quesito “Proposta do Programa”, que mesmo permanecendo sem peso, passou a ter um papel de destaque com a introdução de travas na definição da nota final. Ficou definido que um programa com avaliação “deficiente” ou “fraco” no quesito “Proposta do Programa” não poderia ter nota final maior do que “3”. Esse modelo de avaliação serviu para as avaliações trienais de 2010 e 2013.

Existem ainda documentos importantes que complementam os processos avaliativos. São os documentos de área, que são tomados como referência tanto na elaboração e submissão de propostas de cursos novos quanto na avaliação dos cursos em funcionamento. Neles, estão descritos o estado atual, as características e as perspectivas,

assim como os quesitos considerados prioritários na avaliação dos programas de pós-graduação pertencentes a cada uma das 49 áreas de avaliação. Cabe à Comissão de cada área: definir os indicadores (quantitativos ou qualitativos) que devem ser usados para avaliar cada item; definir os pesos dos indicadores, itens e quesitos para o cálculo da nota final. Ao longo do tempo, o sistema avaliativo da pós-graduação brasileira foi se expandindo e ficando cada vez mais complexo, sendo constantemente aprimorado pela CAPES. A partir do período de 2013 - 2016, a avaliação trienal deu lugar à avaliação quadrienal (Patrus, Shigaki e Dantas, 2018).

Em 2015, foi criada uma comissão para analisar o processo de avaliação da qualidade da pós-graduação. Tal comissão elaborou um documento sobre “O modelo de Avaliação CAPES”. De acordo com essa comissão, para reformular o modelo de avaliação seria necessário considerar propostas que buscassem simplificar aspectos de operacionalização, contemplar a formação de quadros, considerar a diversidade do contexto e **focalizar mais no impacto do programa do que apenas na sua produção**. Percebe-se o início de uma mudança da cultura avaliativa que até então era voltada quase que totalmente para a produção.

Foi proposta uma nova ficha de avaliação, composta de 11 itens estruturados dentro de três dimensões: 1 – Proposta do Programa, 2 – Atividades de Formação, 3 – Impactos Acadêmicos e Sociais. Nota-se que, a partir de 2015, começa a aparecer cada vez mais o termo “impacto social”. Percebe-se, com isso, que a ficha de avaliação começa a tomar um certo destaque no processo avaliativo, servindo de elemento norteador composto de itens e quesitos. No ano de 2018, foi instituído o Grupo de Trabalho da Ficha de Avaliação, com o objetivo de rever e simplificar as fichas utilizadas no âmbito da CAPES para a avaliação dos Programas de Pós-graduação. A iniciativa surgiu depois que a comissão especial de acompanhamento do Plano Nacional de Pós-Graduação (2011 a 2020) solicitou para diversas entidades, entre elas, ANDIFES, CNE, CNPq, CTC-ES, FORPROP, que realizassem contribuições no intuito de trazer melhorias no modelo de avaliação de cursos. Tais contribuições foram sistematizadas e apresentadas pela Comissão CTC-ES em julho de 2018. Nessa reunião, ficou estabelecida a criação de um grupo de trabalho da ficha de avaliação.

Como produto das diversas reuniões, em 2018, obteve-se a proposta de uma nova ficha de avaliação com 3 quesitos: 1-Programa, 2-Formação e 3- Impacto na Sociedade. Dentro desses quesitos, distribuíram-se 11 itens. As definições dos indicadores para cada quesito, em função da modalidade (acadêmico ou profissional), ficam a critério de cada área. Preocupada em definir de maneira mais uniforme os conceitos, variáveis e indicadores que representem o tema e a dimensão do Impacto e Relevância Econômica e Social, foi instituído, por meio da Portaria nº 278, de 24 de dezembro de 2018, o Grupo de Trabalho (GT) denominado “Impacto e Relevância Econômica e Social”, com a finalidade de aprimorar tais processos e instrumentos relacionados à avaliação. O trabalho desenvolvido

teve como foco a avaliação do impacto e da relevância social. Na próxima seção, por fim, adentramos especificamente nessa questão.

## AFINAL, O QUE A CAPES ENTENDE POR IMPACTO NA SOCIEDADE?

Preliminarmente, o Grupo de Trabalho da CAPES observou que na literatura pesquisada não existe consenso acerca da definição do termo impacto atribuído ao resultado de uma pesquisa. Sendo assim, a definição de impacto desenvolvida pelo *Research Excellence Framework* (HEFCE, 2015) foi a que obteve maior aderência aos objetivos do GT, o qual afirma que o impacto é o termo que designa uma medida de quanto uma saída da pós-graduação é capaz de gerar efeitos positivos para uma coletividade. Essa premissa nos leva a voltar nosso olhar para fora dos limites da universidade, pois indica que o impacto na sociedade será um dos critérios definidores na distribuição de recursos entre os programas de pós-graduação; portanto, instiga os pesquisadores a darem mais atenção ao tema.

O relatório do GT CAPES (2020) separa os impactos geradores de riquezas sob a forma de renda (impactos econômicos) daqueles que, de alguma forma, influenciam o ambiente externo do universo acadêmico (políticas organizacionais, ambientais, culturais, simbólicas, sanitárias, educacionais), denominados impactos sociais. De acordo com a CAPES (2018, p. 12), “o impacto de um programa é determinado não pela totalidade de seus produtos, mas por seus produtos mais significativos”. A partir dessa afirmação, é possível identificar uma intenção de mudança de comportamento na avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, onde se pretende buscar maior qualidade do que quantidade dos produtos desenvolvidos.

Nitidamente temos um contraste da política de avaliação comumente realizada ao longo dos anos, compatível com a ciência básica; porém, menos adequada às ciências aplicadas ou às humanidades. Certamente essa cultura de excessivo “produtivismo acadêmico” deixou marcas no sistema de avaliação da pós-graduação implementado pela CAPES, que nos últimos anos passa por um lento processo de reversão desse cenário.

Sabemos que tais mudanças não ocorrerão de imediato. Basta lançar um olhar atento aos quesitos “2-Formação” e “3-Impacto na sociedade” e respectivos pesos a eles atribuídos, constantes na ficha de avaliação quadrienal dos quadriênios 2017-2020 e 2021-2024, para perceber que a nota de um programa de pós-graduação ainda tem muitos critérios focados nas produções intelectuais realizadas por parte dos docentes, discentes e egressos, mesmo no eixo destinado ao impacto social.

Os coordenadores de programas de pós-graduação têm enfrentado essa dicotomia: de um lado, um modelo de avaliação em aperfeiçoamento cuja transição constante propõe um olhar mais qualitativo e holístico de suas ações; do outro, depara-se com uma ficha de

avaliação com quesitos imbricados na apresentação de produções intelectuais tradicionais do âmbito acadêmico, mas com baixa inserção fora da academia.

Segundo a CAPES (2020), no dia 30 de outubro de 2019, foi realizada uma oficina de trabalho composta pelos membros do GT de Impacto e Relevância Social da CAPES e demais convidados. O resultado desse encontro foi a formulação de algumas recomendações por parte dos especialistas e a proposição de um modelo de Declaração de Impacto, a qual deverá conter indicadores de mensuração de impacto social, os quais poderão servir de elemento norteador para a avaliação dos programas de pós-graduação. Os indicadores sugeridos para a construção de uma Declaração de Impacto estão dispostos conforme a figura a seguir:



Figura 1 - Indicadores da Declaração de Impacto

Fonte: Autores (2024), a partir de documento produzido pela Capes (2020).

Explica-se que a Declaração de Impacto tem como premissa que os documentos produzidos para gerar materialidade a respeito do Impacto Social estejam previamente depositados em repositórios públicos, com detalhamento de autoria, linha de pesquisa e vínculo com o programa, além do detalhamento de informações sintetizado na Figura 1.

Sem dúvida, tais registros públicos contribuem para conter distorções e disseminar a difusão desse tipo de impacto, com vistas a primar pela possibilidade potencial de replicabilidade das ações a outros contextos, além de fornecer informações substanciais que deverão ser levadas em conta nos processos de avaliação.

Aos programas, em seu processo autoavaliativo, vale a pena o exercício de mapear de forma profunda como historicamente têm atuado em termos de Impacto Social, podendo considerar as seguintes dimensões de impacto: científico, educacional, organizacional, política pública ou societal (Wood; Wilner, 2024). Tal análise pode auxiliar os programas a avançar em dimensões pouco exploradas, mas potencialmente possíveis e necessárias, especialmente considerando diversas problemáticas coletivas atuais, as quais podem abarcar um trabalho conjunto de diferentes áreas do conhecimento científico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do tempo, o número de programas de pós-graduação no Brasil aumentou significativamente, demandando aprimoramento constante do sistema avaliativo da CAPES, uma vez que ele foi se tornando cada vez mais complexo.

Desde o ano de 2018, a CAPES realizou inúmeras reuniões e promoveu a composição de Grupos de Trabalho, com a intenção de refinar seu sistema avaliativo. Atualmente, a ficha de avaliação contém 3 (três) requisitos: 1-Programa, 2-Formação e 3- Impacto na Sociedade. Esse último ainda gera muita dúvida no ambiente acadêmico, uma vez que podem existir definições e compreensões diferentes, dependendo da área de atuação e visão epistemológica sobre o tema.

A partir da literatura, é possível inferir que o impacto social ocorre quando acontece uma mudança (de maior ou menor proporção) em determinado contexto (local, regional, nacional ou internacional). Muitas vezes, é resultado das ações propostas pelos PPGs voltadas para um determinado público. No caso da área da Educação, por exemplo, pode ser um grupo de escolas de educação básica da rede pública municipal. Os resultados desses programas devem ser avaliados periodicamente, visando estar sempre atualizados e alinhados com o PDI institucional.

A compreensão mais aprofundada de quais são as possíveis ações e como se podem registrar tais ações dentro dos programas pode auxiliar que os pesquisadores entendam ainda mais a importância do conceito de Impacto Social para os programas de Pós-Graduação, independente da área do conhecimento e para além do processo avaliativo realizado pela CAPES. O registro de uma Declaração de Impacto pode auxiliar a fundamentar os elementos qualitativos nos processos avaliativos e encorajar os pesquisadores a desenvolverem tais práticas.

Entende-se que entre os maiores desafios encontrados no modelo atual de avaliação da CAPES está o de estruturar um processo de coleta e análise de dados relacionados ao



Impacto Social, que possibilite que a sociedade em geral e a comunidade acadêmico-científica identifiquem tais impactos dos programas de pós-graduação, considerando as particularidades de cada uma das 49 áreas existentes.

Para concluir, é importante mencionar que o corpo docente e discente dos programas devem participar de constantes atividades formativas destinadas a debater e a desenvolver ações ligadas ao Impacto Social, desenvolvendo efetivas estratégias de registro e monitoramento de tais ações, com parâmetros minimamente unificados e pactuados no coletivo. A sedimentação e padronização dos parâmetros de monitoramento são essenciais para que os programas planejem e qualifiquem ainda mais as suas práticas nesse âmbito, ganhando maior reconhecimento e *know how* com suas ações.

## REFERÊNCIAS

BALBACHEVSKY, Elizabeth. A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem sucedida. In: BROCK, Colin. SCHWARTZMAN, Simon. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. v. 1, p. 285-314. ISBN: 9788520917053.

Brasil. Ministério da Educação. **Proposta de Aprimoramento do Modelo de Avaliação da PG. Documento Final da Comissão Nacional de Acompanhamento do PNPG 2011-2020** [Internet]. Brasília, DF: MEC; 2018 [citado 10 Nov 2018]. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/comissao-do-pnpg-analisa-sugestoes-para-o-aprimoramento-do-modelo-da-avaliacao-da-pg>. Acesso em: 14 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. CAPES. **Sobre as áreas de avaliação**. capes.gov.br. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao>. Acesso: em 20 jul 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. **Documento de Área 38: Educação**. Brasília: CAPES, 2019a.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **GT Ficha de Avaliação**. Brasília: Diretoria de Avaliação CAPES, 2019b. Disponível em: <https://l1nk.dev/pVnjt>. Acesso em: 20 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Relatório do GT Impacto e Relevância Econômica e Social**. Brasília: Diretoria de Avaliação CAPES, 2020. Disponível em: <https://l1nk.dev/1ktNv>. Acesso em: 20 jul. 2021.

BRASIL. **Parecer CFE no 977/65**. [S. l.] Comissão de Educação Superior, 1965. Brasília: MEC, 1965. Disponível em: <https://bit.ly/3KybshN>. Acesso em: 01 ago. 2020.

CELEDÔNIO, Danilo Barroso. **A cultura da produção científica e os efeitos da avaliação Capes em um Programa de Pós-Graduação em Educação**. 2015. 137 f.: il. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/riufc/13222>. Acesso em: 09 set. 2021.

HEFCE. **Annual report and accounts, 2014-15**. Bristol: Higher Education Funding Council for England, 2015. Disponível em: [https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/435744/49848\\_HC\\_5\\_ACCESSIBLE\\_v2.pdf](https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/435744/49848_HC_5_ACCESSIBLE_v2.pdf). Acesso em 15/10/2019.



MORITZ, Gilberto de Oliveira; MORITZ, Mariana Oliveira. MELO, Pedro Antonio De. A Pós-Graduação brasileira: evolução e principais desafios no ambiente de cenários prospectivos. *In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL*, 11.; CONGRESSO INTERNACIONAL IGLU, 2., 2011, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: IGLU, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3qRY1lc>. Acesso em: 20 ago. 2020.

PATRUS, Roberto; SHIGAKI, Helena Belintani; DANTAS, Douglas Cabral. Quem não conhece seu passado está condenado a repeti-lo: distorções da avaliação da pós-graduação no Brasil à luz da história da Capes. **Cadernos EBAPE. BR**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 642-655, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/340TmV3>. Acesso em: 20 maio 2021.

VERHINE, Robert E; DANTAS, Lys. M. Reflexões sobre o sistema de avaliação da capes a partir do V Plano Nacional de Pós-graduação. **Revista de Educação Pública**, v. 18, n. 37, p. 295-310, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3rln7BU>. Acesso em: 20 set. 2020.

WOOD, Thomaz; WILNER, Adriana. Research Impact Assessment: Developing and Applying a Viable Model for the Social Sciences. **Research Evaluation**, p. rvae022, 17 maio 2024.